



UM HORIZONTE FEMININO EM ARENDT

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2024.201.02>

Carolina Giovanetti do Amaral

Graduanda pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)

cgiovanetti.amaral@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0006-0261-2774>

RESUMO:

A questão feminina não é um tema visado por Arendt. O paradoxo encontrado por algumas teóricas em relação ao fato desta reconhecer-se enquanto judia, mas não enquanto mulher, faz afastar a essência do pensamento político arendtiano do movimento filosófico do feminismo, acusando Arendt de ceder à hegemonia masculina. Este prisma perde muito ao não reconhecer como sua crítica da modernidade oferece uma base sólida para pensar a mulher contemporaneamente. Sobretudo, tolhe a saída mais digna: a que reconhece o humano. O escrito, a partir da revisão bibliográfica de obras como *Entre o Passado e o Futuro* (ARENDDT, 2016) e *Feminism theory and Hannah Arendt's concept of public space* (BENHABIB, 1993a), propõe demonstrar como o sujeito arendtiano, na condição de original, capaz de ação e na imprevisibilidade, existe e age no ínterim do passado-futuro é o sustentáculo teórico dos principais quadros dessa última fase do feminismo. O ponto central é retomar a discussão sobre teorias que retiram do ser a capacidade de agir, reduzindo-os ao homogêneo, e fazer a crítica às teorias contemporâneas sobre as mulheres. A partir da pesquisa, foi possível levantar diversas pensadoras que, iluminadas pela teoria de Arendt, pensam horizontes femininos para uma nova política.

PALAVRAS-CHAVE:

Hannah Arendt. Feminismo. Teoria política. Ação humana. Espaço público.

A POLITICAL HORIZON IN ARENDT

ABSTRACT:

The feminine issue is not a specific topic in Arendt thought. The paradox found by some thinkers because she recognizes herself as a Jew, but not as a woman, removes the essence of Arendt's political thought from the philosophical movement of feminism, accusing Arendt of giving in to male hegemony. This perspective loses a lot by not acknowledging how her critique of modernity offers a solid basis for thinking about woman today. Above all, hinder the most dignified way out: the one that grant the human. The survey, based on bibliographical review of books such as *Between Past* (ARENDR, 2016) and *Future and Feminism theory and Hannah Arendt's concept of public space* (BEHABIB, 1993a), proposes to demonstrate how the Arendtian subject, as an origin, capable of action and subject to unpredictability, exists and acts in the interim of the past-future and is the theoretical support of the main frameworks of this last phase of feminism. The central point is to recapture the discussion about theories that remove the ability to act from beings, reducing them to the homogeneous, and to criticize contemporary theories about women. From the research, it was possible to raise several questions that, illuminated by Arendt's theory, consider feminine horizons for a new politics.

KEYWORDS:

Hannah Arendt. Feminism. Political theory. Human action. Public space.

1 Introdução

A obra *Entre o passado e o futuro* é um exercício sobre a liberdade humana. Elaborar as várias implicações que vêm do fato do indivíduo enquanto ser que age. Com profunda crítica à interpretação da história em bases causais-necessárias, Arendt centra na pluralidade humana o caráter imprevisível da existência. Nesse sentido, afasta da política o caráter soberano, pois, feita em conjunto, a influência da ação de um sobre o outro é infinita. Esta situação deriva de o indivíduo nascer em um mundo que já existe. Na teoria política em que há alguém, mais que ninguém, pensa-se o plural sem cair no homogêneo abstrato Humanidade. O ser se faz único no espaço público, onde é visto e ouvido por todos. Assim, nasce de novo, com outros.

À luz das críticas lançadas nesta obra essencial da teoria arendtiana, renova-se o debate centrado-se na questão feminina, a partir de uma reinterpretação. Começa por apresentar a distinção entre o espaço público e o privado, em vista deste ponto guardar várias apreciações em consonância às teorias feministas contemporâneas. Em segundo momento, desenvolve-se a discussão no sentido do conceito de ascensão do social e as dificuldades de emancipação política. Por último, são retratados pontos de convergência entre a genealogia do representativo “mulher” e as noções de ação humana no hiato de interabilidade.

O objetivo é apresentar um panorama com noções elementares da teoria arendtiana, nos conceitos de natalidade, pluralidade e ação, e seus desenvolvimentos por comentadores atuais, em um sentido dialógico de eterna reconstrução. Os conceitos são relacionados por Arendt na estruturação de uma filosofia política baseada na liberdade, apresentando a condição humana como imprevisível. Neste prisma, a questão

feminina será desenvolvida na crítica à libertação da Mulher tomada como homogêneo, assimilando a reflexão de Benhabib sobre a filosofia do sujeito.

Este processo é o que insere a mulher na política. Deixando de pensar a liberdade como etapa final de produção da História feminina, anima-se o agir. A perspectiva passa a ser, desse modo, a que toma a realidade do sujeito não pronto, e cuja descontinuidade da ação permite a mudança efetiva; não a que assim se pretende, mas reforça os termos da dominação. Observa-se, afinal, que o Feminismo fundado no representante Mulher constitui uma fuga da política por excelência. O pensamento de Arendt de que a filosofia tradicional é um monólogo, assim, ilumina a compreensão sobre a existência das mulheres, ainda que o “feminino” não seja um objeto específico de suas colocações. Esta extensão é possível justamente em razão da complexidade e nuances da teoria, o que ratifica seu arcabouço extenso.

2 O sujeito entre o passado e o futuro

Arendt inaugura o livro *Entre o Passado e o Futuro* com o rompimento do fluxo retilinear do tempo, assentindo que o homem conserva sua existência enquanto resguarda uma dimensão espacial pela constante tomada de posição contra o passado e o futuro. Surgido nesta lacuna, a noção temporal é vinculada à presença do Ser que reparte a história, com a verdade possível de ser encontrada neste lugar do autoinserido aparecimento (2016, p. 26-7). Não há, pois, uma posição de imparcialidade fora da linha temporal. O passado assim se torna a partir do acontecimento. “O acontecimento ilumina o próprio passado; jamais pode ser deduzido dele”. (ARENDR, 1993, p. 49). A história é pensada pela interpretação de um fato como final que, adiante, será um novo começo para os vivos e nascidos depois.

A causalidade nega o objeto estudado e os sujeitos que cotidianamente vivem estórias, pois atribui sentido aprioristicamente, no próprio agir. A ação não é fabricada, cujo resultado pode ser pensado na categoria de meios e fins, previsível. Muito pelo contrário, por emergir no terreno comum, estabelece uma infinidade de relações. (ARENDR, 1993, p. 203). O reconhecimento desta produtividade específica da ação é essencial à teoria política fundada na pluralidade. Porque a ação de um, inusitadamente, ecoa nos outros, a perspectiva que se inaugura é do concerto como condição da existência humana, de modo que a liberdade política exige presença de outros. (BIRÚLES, 2022, p. 151).

O juízo político, deste modo, não é um pensar isolado da realidade, mas uma faculdade humana que atribui sentido ao mundo das aparências. O sujeito pensa contando estórias e experiências. (LAFER, 2007, p. 295). Criado no presente, o significado é obtido a partir da lembrança e frente à antecipação. É, ao modo de Kant, a partir do juízo reflexivo, pelo qual o sujeito põe-se no lugar do outro, em um *pensar representativo*. (SÁNCHEZ, 2022, p. 63). Sai de si, refletindo o acontecimento particular sem perder o

horizonte de significado geral. A produção de Arendt, portanto, sucede em elaborar um modo de pensamento que acolhe a pluralidade da ação, ou seja, “pensar a partir do fato que há alguém mais que ninguém”, ao qual ela chama de *compreensão*. (HURTADO, 2013, p. 345-8).

A grandiosidade desta crítica à filosofia tradicional está em reconhecer que “o sentido da política é a liberdade”. (ARENDR, 2006, p. 38). É no contexto dos assuntos humanos, no qual todos têm a mesma capacidade para a ação e, portanto, de aparecer como sujeito, que corre o mundo. Justamente porque surgimos em um mundo já constituído por outros, a ação é imprevisível. A situação de se encontrar “entre o passado e o futuro” significa que mesmo havendo motivos e objetivos importantes em cada ato particular, a ação sempre os transcende (ARENDR, 2016, p. 118), *pois vivemos juntos*. Ninguém pode se tornar algo inteiramente do passado, pois a ação corresponde à condição natural do homem de iniciar algo novo e ser, em si, o próprio começo. (ARENDR, 1993, p. 51-2).

Enfrentando a noção tradicional que privilegia a atividade humana do “fazer”, pelo qual se reduz a ação humana à atividade produtora, Arendt identifica que assimilar o fabricar ao agir objetiva fugir da política, com finalidade de ter a estabilidade e previsibilidade que o mundo dos assuntos humanos é incapaz de fornecer. (FRATESCHI, 2020, p. 7). Todavia, o que torna o humano político é a sua capacidade para ação. (ARENDR, 1994, p. 59). A política, deste modo, não é uma organização soberana para neutralizar o conflito entre diferentes, mas aquilo que emerge *entre* os que se distinguem como singulares, assumindo-se como iguais. (QUINTANA, 2013, p. 124). O espaço para estar entre os iguais é o da aparência, cuja compreensão exige o aprofundamento das noções de esfera pública e privada, bem como a distinção entre o social e o político. Os conceitos apresentados a seguir permitirão adentrar à discussão com foco às mulheres.

3 Implicações arendtianas na teoria feminista

O segundo ponto deste texto é trabalhar a aproximação entre a teoria política de Arendt e noções do feminismo contemporâneo. É consenso na literatura feminista a ausência de consideração específica à questão das mulheres por Arendt. Há várias hipóteses para isto; basta, para este trabalho, dizer que desconsiderar a produção teórica desta, apontando-a como retrato de cooptação à “mente masculina” ou conservadora é uma saída dogmática. (BENHABIB, 1993b, p. 23). O projeto será, assim, trazer as mulheres, das margens do pensamento arendtiano, para o centro, com a reflexão da teoria feminista à luz destas contribuições.

Para tanto, considera-se importante ponderar a crítica do feminismo à obra de Arendt: a tensão entre o social e político, derivado da separação das esferas pública e privada. Tomadas como referência, não

nostalgia (TELLES, 1990, p. 5), as experiências greco-romana formam a base da teoria política de Arendt, na qual o público é o espaço comum, onde há o compartilhamento da ação e palavra: todos são vistos e ouvidos por todos, constituindo a realidade (ARENDRT, 2007, p. 59). O espaço comum é definido como aquele cuja essência está na atividade humana de *agir*, pois deve existir ao *poder* (ARENDRT, 2007, p. 212), com sentido na habilidade humana para agir em concerto. (ARENDRT, 1994, p. 36). A esfera privada, em coexistência e complementariedade (DI PEGO, 2020, p. 59), corresponde à noção de lar, local de recolhimento, mas, principalmente, onde eram satisfeitas as necessidades biológicas, que livravam o sujeito de qualquer constrangimento de ordem natural.

A distinção entre o que deve ser visto e o que deve ser ocultado é fundamental à existência da política. Deste modo, a crise, fruto das revoluções modernas, aparece como consequência da dissolução e má compreensão dos assuntos de cada esfera. (FROHLICH, 2019, p. 225), pelo qual temas de necessidade humana adquirem cunho político. Este fenômeno é chamado de *ascensão do social* e refere-se a um certo hibridismo entre o público e privado, em que há a generalização da atividade do trabalho. (AGUIAR, 2004, p. 10), formação da sociedade de massas e redução da política ao governo. O *social*, neste sentido, é marcado por uma ausência de compartilhamento do mundo, em que “cada indivíduo se ocupa inteiramente de si mesmo”, com a perda da autonomia política, quando as atividades desenvolvidas no lar tornam-se centrais ao funcionamento da sociedade. (KEINERT, 2007, p. 200 e 209).

Esta visão política, cujo fundamento é a distinção entre o público e privado é, frequentemente, tomado como justificativa à divisão sexual do trabalho. (BENHABIB, 1993a, p. 98). Embora não haja desprezo, por parte de Arendt, do privado em detrimento do público, é fato que ela taxa como “social” atividades do labor e trabalho que, por serem marcadas de hierarquias de poder, se tornam, igualmente, assuntos de disputa política. (BENHABIB, 1993a, p. 105). É perceptível a importância do conceito de esfera pública em Arendt e as relações que podem ser estabelecidas para um “feminismo arendtiano”. Há grande foco de discussão sobre a predominância de um ou outro modelo de espaço público presente na obra de Arendt, relativo à “teoria dos modelos” agonal, de Honig (1995), e “associacional”, de Benhabib (1993a). Todavia, não será esta a linha apresentada aqui.

Aproveita-se da teoria mais geral de Arendt sobre a política, guiada pelos conceitos de pluralidade, liberdade e, principalmente, a distinção entre o social e político, para firmar a participação política ao invés de vê-la substituída pela questão social. Um ponto de partida cabível é “por que nós, mulheres, ainda estamos tão distantes das esferas e espaços de poder e de deliberação política, mesmo que tenhamos avançado em questões sociais?”. (COSTA; RIBEIRO, 2022, p. 41). Sobretudo, parece que Arendt alerta

sobre como uma demanda social homogênea e abstrata, que, embora insuficiente para alcançar a agência política, pode, eficazmente, inibir a pluralidade (COSTA; RIBEIRO, 2022, p. 44).

A não redução do político ao social permite, ainda, repensar a ligação entre gênero como uma categoria social e a identidade individual. A perspectiva arendtiana de que a emancipação social pode, em última instância, ser perigosa se é o único mecanismo de reconhecimento da identidade, pois dela não decorre imediatamente a consciência política (JALUSIC, 2002, p. 107 e 114), dá base à crítica do gênero como formador de uma identidade social fixa. Neste sentido está o movimento que faz a genealogia da sexualidade.

Especialmente a partir dos conceitos de imprevisibilidade, ação, pluralidade e originalidade, as teorias contemporâneas do feminismo fazem a crítica ao representativo “mulher” como entidade ontológica que, ao contrário de nomear uma classe comum por ser objeto da exploração masculina, é estruturada como violência normativa, pois força indivíduos a se adequarem a uma determinada normatividade. Na acepção de Butler (2003, p. 58), a binaridade dos sexos (homem/mulher) tida como natural é fruto de um processo bem-sucedido de ocultar as origens da dominação, como tática que apresenta um “relato único e autorizado sobre um passado irrecuperável, faz a construção da lei parecer uma inevitabilidade histórica”. (BUTLER, 2003, p. 64).

Ou seja, apelar à libertação da “mulher” como entidade homogênea, sem fazer a crítica à constituição de sujeito que este termo evoca, é perpetuar um imperialismo cultural que trabalha sob o signo universal. (BUTLER, 1992, p. 6). Um ideal político, deste modo, que vise extinguir o gênero como estrutura desigual, a partir da nomeação da igualdade dos sexos, apela, em verdade, a um sexo pré-discursivo que reforça os termos da dominação que busca superar. (BUTLER, 2011, p. XV). Isto porque o gênero como construção não surge em oposição ao sexo “natural”, mas como termo que absorve e desloca este em uma unidade imóvel e estável, “através da ficção reguladora da coerência sexual”. (BUTLER, 2003, p. 196). Reconhecer alguém como “mulher” é uma legitimação e construção de sujeito viável, pelo qual o indivíduo não é importante por si, mas como exemplar de uma categoria universal. (BUTLER, 2011, p. 70, 140 e 177; KELZ, 2016, p. 22).

A “política da identidade”, nesse sentido fundacionista, pressupõe um substrato no qual a cultura se inscreve, mas não constitui. O sujeito é tomado em um processo de significação “pela metade”, que exige uma identidade anterior (pré-discursiva) sobre a qual serão elaborados interesses políticos para, então, haver ação política. A tese de Butler (2003, p. 205), portanto, é que “não há necessidade de existir um ‘agente por trás do ato’, mas que o ‘agente’ é diversamente construído no e através do ato”. O ponto fundamental é que, a partir deste entendimento, a política deixasse de ser um conjunto de práticas em nome de supostos

interesses de um conjunto de *sujeitos prontos* (BUTLER, 2003, p. 213), tornando-se, reconhecidamente, o espaço de sujeitos reais em suas constantes performances, no hiato da interabilidade (BUTLER, 2011, p. 167). É na descontinuidade do sujeito que a reconstrução da lei ocorre, pelo fenômeno da subversão. (BUTLER, 2003, p. 59-60).

Pensando com Arendt, a atribuição da autoria da história a alguém pré-constituído é um vício de pensamento que temos pela desconcertante situação de que, apesar de depender dos homens, a história não é feita por eles. (2016, p. 198). Assim, com a interpretação de Frateschi (2020, p. 7), que aproxima Benhabib daquela autora, há que insistir em um indivíduo constituído e autônomo faz da história um processo *unitário*, de modo que o objetivo volta a ser desdobrar as capacidades do Sujeito. Esta situação representa uma fuga da política por excelência, pois abstrai da contingência inerente aos negócios humanos, fazendo da política um monólogo, vez que desconsidera qualquer interação formativa na pluralidade.

A consideração de Benhabib (1997, p. 95) sobre como o sujeito moral autônomo, cujo ego é masculino, silencia vozes femininas a partir de uma descorporificação acrescenta muito ao debate. Investindo em uma singularidade pelo modelo narrativo, tem-se que o indivíduo é constituído pelo conjunto de afetos, desejos e histórias concretas, com a diferenciação pelas experiências. Se “retiradas” estas esferas, a identidade rasa é destituída, em um ideal opaco descolado da realidade. A imobilização do sujeito retira tudo. O horizonte passa a ser, portanto, o que apreende a realidade vivida, em toda sua dureza e instabilidade.

4 Conclusão

O trabalho apresentou um panorama que vincula a essência da teoria política de Arendt, centrada nos conceitos de natalidade, pluralidade e ação, com desenvolvimentos recentes da teoria feminista. A partir da compreensão da história como série de eventos irrepitíveis, cujo sentido é atribuído “ao final”, evita-se a causalidade que a tradição tenta imputar, no objetivo de ter uma estabilidade que os assuntos humanos não podem fornecer. É um passo importante na medida em que reconhece a existência do indivíduo inscrita na linha temporal, que não tem direção única justamente porque este a rompe. Por ser capaz de ação, é livre. Caracteriza-se pelo início, com os efeitos desta agência insuscetíveis de previsão, visto que a atividade se dá entre os pares. Assim, igualmente capazes de agir, forma-se uma teia de relações derivadas desta produtividade específica ao humano, cujo concerto forma a política.

Estas noções são importantes para compreender a interpretação feminista da teoria arendtiana, cujo foco, no presente, recaiu, a princípio, sobre a distinção dos conceitos de político e social. Neste ponto, foi realçado como os conceitos de esfera pública e privada sustentam a política, referindo-se, à primeira, como

específica da atividade da ação e, à última, como local reservado à satisfação das necessidades. Nesta consciência, prosseguiu-se no sentido da ascensão do social como o hibridismo surgido na modernidade, pelo qual assuntos internos assumem caráter de reivindicação política. A crítica de Arendt acerca do social permite refletir sobre a distância da posição feminina que, emancipada socialmente, ainda não tem participação política plena, uma vez que consciência política não é imediata à identidade social. Por último, foram traçadas ligações entre as demandas sociais homogêneas e a formação de um Sujeito representativo, em contraste à ação e identidade política.

A revisão bibliográfica promovida mostra-se fundamental na elaboração de novas perspectivas políticas no contexto da emancipação feminina. A aproximação de conceitos é bem clara, especialmente na tratativa do conceito de descontinuidade de gênero e a imprevisibilidade da ação humana. Os horizontes não se encerram nem pretendem encerrar-se aqui. Trata-se, mais, de uma contribuição ao arcabouço teórico arendtiano, cuja complexidade ainda instaura, no cerne, muitos debates, quase setenta anos depois.

Referências

- AGUIAR, Odílio Alves. *A questão social em Hannah Arendt*. Trans/Form/Ação, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 7-20, 2004.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- _____. *A dignidade da política: ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. 8. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016. *E-book*.
- _____. *O que é política?*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- BENHABIB, Seyla. *Feminism theory and Hannah Arendt's concept of public space*. History of the human sciences, Sage, London, v. 6, n. 2, p. 97-114, 1993a.
- _____. *La paria y su sombra: sobre la invisibilidad de las mujeres en la filosofía política de Hannah Arendt*, Revista internacional de filosofía política, n. 2, p. 21-35, 1993b.
- _____. *The generalized and the concrete other: the Kohlberg-Gilligan controversy and moral theory* In: *Feminist social thought*. New York: Routledge, 1997. p. 77-95.
- BIRULÉS, Fina. *Notas sobre pluralidad, diferencia y diversidad* In: ALVES NETO, Rodrigo Ribeiro. *Por que ler Hannah Arendt hoje?* Anais do XIII encontro internacional Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022. p. 145-159.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge, 2011.

_____. *Contingent foundations: feminism and the question of “postmodernism”*. In J. Butler, & J. Scott (Eds.). *Feminists theorize the political*. New York: Routledge, 1992. p. 3-21.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003.

COSTA, Nathalia; RIBEIRO, Nádia. *Repensando a questão das mulheres a partir do pensamento político de Hannah Arendt*. Cadernos de Filosofia Alemã, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 33-48, 2022.

DI PEGO, Anabella. Diálogos (im)posibles entre Hannah Arendt y los feminismos. *In: ALVES*

NETO, Rodrigo Ribeiro. *Por que ler Hannah Arendt hoje?* Anais do XIII encontro internacional Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022. p. 55-73.

FRATESCHI, Yara. *Seyla Benhabib com Hannah Arendt contra a filosofia do sujeito*. Caderno CRH, Salvador, v. 33, p. 1-17, 2020.

FROHLICH, Victor. Necessidade, libertação e liberdade em Hannah Arendt In: MÜLLER, Maria Cristina; TURATTO, Carolina (Coords.). *Anais X Ciclo Hannah Arendt: a felicidade pública*. UEL, 2021. P. 223-231.

HONNIG, Bonnie. Toward and agonistic feminism: Hannah Arendt and the politics of identity *In: HONNIG, B. (org.) The feminist interpretations of Hannah Arendt*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1995.

HURTADO, Jordi Carmona. *Por que há alguém em lugar de ninguém?*. Princípios: revista de filosofia, Natal, v. 20, n. 33, p. 333-351, jan./jun., 2013.

JALUSIC, Vlasta. *Between the social and the political*. The European Journal of Women’s Studies, London, v. 9, n. 2, p. 103-122, 2002.

KEINERT, Fábio Cardoso. *A questão do social em Hannah Arendt*. Teoria & Justiça, v. XVI, n. 1, jan./jun., p. 199-214, 2007.

KELZ, Rosine. *The non-sovereign self, responsibility, and otherness: Hannah Arendt, Judith Butler and Stanley Cavell on moral philosophy and political agency*. International Political Theory Series. United Kingdom: Palgrave MacMillan, 2016.

LAFER, Celso. *Experiência, ação e narrativa: reflexões sobre um curso de Hannah Arendt*. Estudos avançados, Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 289-304, 2007.

QUINTANA, Laura. *¿Como prolongar el acontecimiento? Acción e institución en Hannah Arendt*. Argumentos, Fortaleza, ano 5, n. 9, p. 120-139, jan./jun., 2013.

SANCHÉZ, María Teresa Muñoz. *Uma leitura feminista de la teoría del juicio arendtiana: notas para pensar los feminismos en américa latina*. Cadernos Arendt, v. 3, n. 5, p. 56-71, 2022.

TELLES, Vera da Silva. *Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt*. Tempo social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 23-48, 1990.

Recebido em: 10/11/2023

Aceito em: 16/03/2024